



*[Handwritten signature]*  
Dina L

## Anexo

Período findo em 31-12-2022

### 1. Identificação da entidade

A **ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE AVELÃS DE CAMINHO** é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com sede na Rua Seabra da Fonseca, nº 165, 3780-351 Avelãs de Caminho.

CAE principal : 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

- Resposta Social : ERPI – Estrutura Residencial para idosos ( Lar )

CAE Secundários 88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

- Resposta Social : CD – Centro de Dia e SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

CAE Secundário – 88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

- Resposta Social : Creche e ATL – Atividades de tempos livres

Declaração de IPSS com inscrição nº 109/92 no livro das Associações de Solidariedade Social Publicado III série do Diário da República nº 111 de 13/05/1993

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 –Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

**2.2 –Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

### 3. Base de mensuração e principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Associação, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).



*Handwritten signature and date: 1/10/1*

### 3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### 3.1.1 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos que sejam atribuídos à Entidade a título gratuito serão mensurados ao seu justo valor ou ao valor pelo qual estão segurados.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos máximos de vida útil aceites para efeitos fiscais, definidos pelo DR nº 25/2009, por se entender que os mesmos se adequam à efectiva depreciação dos bens

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

#### 3.1.2 – Activos intangíveis

Os activos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

#### 3.1.3 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas

correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 3.1.4 – Imparidade de activos

À data do Balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.



Handwritten signature and date: 11/01/12

### 3.1.5 – Inventários

Os inventários são valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

#### Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### 3.1.6 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

### 3.1.7 – Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os gastos com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das



1016

emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Entidade, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Entidade.

### 3.1.8 – Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

### 3.1.9 – Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.1.10 – Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período é contabilizado como imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor

### 3.1.11 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

#### Membros e outros créditos a receber

As dívidas dos membros e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos membros e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

#### Classificação de fundos patrimoniais e passivos financeiros

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

#### Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

### 3.1.12 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem.

### 3.1.13 – Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela direcção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/ depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões: A direcção da associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e

- Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

### 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Além das políticas contabilísticas anteriormente referidas, nada há a acrescentar neste período de relato.



11/01/22

#### 4. Activos fixos tangíveis

Entre 01-01-2022 e 31-12-2022 as quantias escrituradas brutas e as depreciações evoluíram conforme quadro seguinte:

Activo Bruto	Período de 01/01/2022 a 31/12/2022				
	Quantia bruta inicial	Aumentos e Revalorizações	Abates e Alienações	Correcções Reclassificações	Quantia bruta final
Terrenos e recursos naturais	176.754,76				176.754,76
Edifícios e outras construções	1.192.895,51				1.192.895,51
Equipamento básico	323.337,29	5.455,62			328.793,11
Equipamento de transporte	174.076,09				174.076,09
Equipamento administrativo	49.658,56	5.938,62			55.597,18
Outros activos fixos tangíveis		4.542,39			4.542,39
Activos fixos tangíveis em curso					0,00
	1.916.722,21	15.936,83			1.932.659,04

  

Depreciações Acumuladas	Depreciações acumuladas iniciais	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Depreciações acumuladas finais
Terrenos e recursos naturais					0,00
Edifícios e outras construções	310.525,58	33.407,97			343.933,55
Equipamento básico	288.470,46	7.230,29			295.700,75
Equipamento de transporte	172.151,09	1.925,00			174.076,09
Equipamento administrativo	47.550,66	388,51			47.939,17
Outros activos fixos tangíveis					0,00
	818.697,79	42.951,77			861.649,56

**QUANTIA ESCRITURADA LIQUIDA 1.071.009,48**

#### 5. Activos intangíveis

Entre 01-01-2022 e 31-12-2022 as quantias escrituradas brutas e as depreciações evoluíram conforme quadro seguinte:

Descrição	01-01-2022	Adições	Alienações	Activos detidos para venda	Outras alterações	31-12-2022
Programas de computador	10.879,91					10.879,91
Outros activos intangíveis						0,00
Activos intangíveis em curso	22.140,00				-22.140,00	0,00
<b>Activo intangível bruto total</b>	<b>33.019,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-22.140,00</b>	<b>10.879,91</b>
Amortização acumulada	01-01-2022	Aumentos	Alienações	Abates	Outras alterações	31-12-2022
Programas de computador	10.879,91					10.879,91
Outros activos intangíveis						0,00
<b>Amortização acumulada total</b>	<b>10.879,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.879,91</b>
<b>Activo intangível líquido</b>						<b>0,00</b>

Nota: Foi desreconhecido o activo intangível em curso, que respeitava a gastos com projecto de investimento, uma vez que o mesmo não foi aceite como elegível pela CCDR no âmbito do apoio ao investimento realizado. O desreconhecimento afectou resultados transitados.



7/11/22

## 6. Financiamentos obtidos

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras	30.000,00		30.000,00	3.700,84		3.700,84
Outros financiadores						
<b>Total</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>3.700,84</b>	<b>0,00</b>	<b>3.700,84</b>

## 7. Inventários

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica de Inventários apresentava a seguinte decomposição:

2022			
DESCRİÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais		3.827,57	3.827,57
2 Compras		124.111,78	124.111,78
3 Reclassificação e regularização de inventários		620,42	620,42
4 Inventários finais		2.668,09	2.668,09
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	0,00	125.891,68	125.891,68
<b>Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:</b>			
6 Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários			
7 Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários			0,00
8 Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários			0,00
10 Inventários dados como penhor de garantia a passivos			0,00
11 Inventários que se encontram fora da empresa			0,00

  

2021			
DESCRİÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais		5.207,00	5.207,00
2 Compras		104.853,30	104.853,30
3 Reclassificação e regularização de inventários		438,98	438,98
4 Inventários finais		3.827,57	3.827,57
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	0,00	106.671,71	106.671,71
<b>Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:</b>			
6 Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários			
7 Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários			0,00
8 Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários			0,00
10 Inventários dados como penhor de garantia a passivos			0,00
11 Inventários que se encontram fora da empresa			0,00



*Handwritten signature and date: 21/12/22*

## 8. Rédito

### 8.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

- Ver Nota 3

### 8.2. Quantias reconhecidas:

RÉDITO				
Descrição	2022		2021	
	Valor nominal	Quantia reconhecida	Valor nominal	Quantia reconhecida
Mensalidades de utentes	394.644	394.644	373.567	373.567
Quotas e joias	4.608	4.608	5.589	5.589
Serviços secundários	37.418	37.418	37.092	37.092

## 9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

No período findo em 31/12/2022 e 31/12/2021 não se registaram movimentos nas rubricas de provisões

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

No final dos anos de 2021 e 2020 a associação apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios:

	2022			2021		
	Valor atribuído períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO	693.146,29	-	28.422,03	701.080,96	3.643,31	11.577,98
OUTROS APOIOS AO INVESTIMENTO	-	11.350,00	90,94	15.000,00	-	15.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>693.146,29</b>	<b>11.350,00</b>	<b>28.512,97</b>	<b>710.392,72</b>	<b>30.000,00</b>	<b>24.311,76</b>



*Doc 2*

## 11. Instrumentos financeiros

### 11.1 – Outros ativos e passivos correntes e não correntes

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 as rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Activos:</b>				
Devedores por acréscimo de rendimentos	20.188,98		43.462,06	
Outros devedores	10,05		1.957,02	
Fornecedores	416,14			
<b>Total do Activo</b>	<b>20.615,17</b>		<b>45.419,08</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivos:</b>				
Pessoal			1.225,93	
Clientes e utentes	5.770,37		5.750,29	
Credores por acréscimo de gastos	73.030,24		63.941,79	
Outras contas a pagar	105.001,79		7.208,87	
<b>Total do Passivo</b>	<b>183.802,40</b>		<b>78.126,88</b>	<b>0,00</b>

### 11.2 – Estado e outros entes públicos

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Imposto sobre o Valor acrescentado	1.750,51		1.750,51	1.818,51		1.818,51
<b>Total</b>	<b>1.750,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750,51</b>	<b>1.818,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1.818,51</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.287,07		4.287,07	3.679,50		3.679,50
Imposto sobre o valor acrescentado	616,83		616,83	82,74		82,74
Contribuições para a segurança social	21.177,82		21.177,82	19.051,82		19.051,82
Outras tributações	171,84		171,84	156,07		156,07
<b>Total</b>	<b>26.253,56</b>		<b>26.253,56</b>	<b>22.970,13</b>	<b>0,00</b>	<b>22.970,13</b>

### 11.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, as rubricas de Caixa e Depósitos Bancários apresentavam a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
	2022	2021
Caixa	898,17	92,86
Depósitos à ordem	157.393,13	26.646,29
<b>TOTAL</b>	<b>158.291,30</b>	<b>26.739,15</b>



17/01/22

#### 11.4 – Diferimentos

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		
	2022	2021
ACTIVOS		
Gastos a reconhecer	2.751,72	2.753,55
<b>TOTAL</b>	<b>2.753,55</b>	<b>2.753,55</b>
PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 12. Benefícios dos empregados

12.1 – Os membros dos Orgãos Sociais não auferem qualquer remuneração.

12.2 – Pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2022 - 46

Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2021 - 42

GASTOS COM O PESSOAL	2022	2021
	586.659,45	559.828,74
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	471.567,22	448.424,34
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	104.773,89	97.478,45
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.540,28	4.585,42
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	5.778,06	9.340,53



76112

### 13. Outras divulgações

#### 13.1 – Fornecimentos e serviços externos

Detalhe dos gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2022 e 2021

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos	129,50	
Trabalhos especializados	10.956,82	10.014,69
Publicidade	7,38	
Vigilância e segurança	758,30	236,26
Honorários	27.873,30	29.615,40
Conservação e reparação	13.138,74	10.778,13
Ferramentas e utensílios	536,53	774,34
Material de escritório	2.093,72	2.565,76
Outros materiais	2.828,23	3.251,68
Electricidade	7.424,62	11.370,42
Combustíveis	24.162,78	18.584,07
Água	1.797,00	1.351,08
Rendas e alugueres	3.237,35	3.631,64
Comunicação	5.596,10	3.169,39
Seguros	4.495,66	4.683,66
Contencioso e notariado	-	408,00
Limpeza, higiene e conforto	17.563,18	19.221,05
Outros serviços	8.660,16	4.914,81
<b>TOTAL</b>	<b>131.259,37</b>	<b>124.570,38</b>

#### 13.2 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A entidade reconheceu nos períodos de 2022 e 2021 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

	2022			2021		
	Valor atribuído períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
INSTITUTO SEG SOCIAL		343.683,93	343.683,93		342.525,07	342.525,07
IEFP		7.432,87	7.432,87		8.004,63	8.004,63
IAPMEI		1.344,00	1.344,00		253,50	253,50
DOAÇÕES / DONATIVOS		18.952,66	18.952,66		17.246,50	17.246,50
<b>TOTAL</b>		<b>371.413,46</b>	<b>371.413,46</b>	-	<b>367.776,20</b>	<b>367.776,20</b>



### 13.3 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2022	2021
Descontos pronto pagamento obtidos	114,28	100,01
Ganhos em inventários	620,42	438,98
Correcções relativas a períodos anteriores	4.667,61	6.912,54
Imputação subsídios para investimentos	28.512,97	26.577,98
Outros	1.385,15	1.845,37
<b>TOTAL</b>	<b>35.300,43</b>	<b>35.874,88</b>

### 13.4 – Outros gastos

Outros gastos	2022	2021
Impostos	657,74	192,60
Dividas incobráveis	1.358,05	
Correcções relativas a períodos anteriores	63,28	3.882,56
Quotizações	410,00	410,00
Outros	100,03	758,60
<b>TOTAL</b>	<b>2.589,10</b>	<b>5.243,76</b>

### 13.5 - Divulgações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, que a Associação não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 13.6 - Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

### 13.7 - Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 13 de Março de 2023.

Avelãs de Caminho, 13 de Março de 2023.

O Contabilista Certificado

(CC nº 12696)

A Direcção

Robis Cam Posh Puez

ASAC - Ass. Social de Av. Caminho  
Rua Seabra da Fonseca, 165  
3780-351 Avelãs de Caminho  
NIPC - 503 339 350